

# ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM TORNO DA CONSTITUIÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE TAUÁ-MIRIM\*

ANALYSIS OF ENVIRONMENTAL CONFLICTS AROUND THE CONSTITUTION  
OF TAUÁ-MIRIM EXTRACTIVE RESERVE

EL ANÁLISIS DE LOS CONFLICTOS AMBIENTALES ALREDEDOR DE LA  
CONS-TITUCIÓN DE LA RESERVA EXTRATIVISTA DE TAUÁ-MIRIM

Tayanná Santos Conceição de Jesus  
Graduanda em História pela Universidade Federal do Maranhão/UFMA

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior  
Prof. Dr. em Sociologia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

**RESUMO:** A partir de recorrentes ameaças de deslocamento compulsório por conta da atração de grandes empreendimentos promovida pelos governos federal, estadual e municipal, membros de onze povoados da Zona Rural II de São Luís, Maranhão, buscam a criação de uma Reserva Extrativista – a RESEX de Tauá-Mirim – para salvaguardar seus direitos territoriais. Relacionados a essa busca, existem vários conflitos de cunho socioambiental que analisamos em nossa pesquisa através de discussão teórica e apanhado de situações empíricas, cujos resultados demonstraremos no presente artigo. Levamos em consideração a diferença de lógicas relativas a tempo, espaço ou território, desenvolvimento e economia presentes nos discursos de membros dos povoados, representantes de empresas e governos. Para a execução da pesquisa realizamos entrevistas, revisão bibliográfica e coleta de panfletos e cartazes que contivessem a temática estudada.

**Palavras-chave:** Conflitos. Reserva Extrativista. Desenvolvimento.

**ABSTRACT:** From recurrent threats of compulsory displacement due to the attraction of large projects sponsored by federal, state and municipal governments, members of eleven towns of Rural Zone II of São Luís, Maranhão, search the creation of an Extractive Reserve – RESEX of Taua-Mirim – to safeguard their territorial rights. Related to this question, there are various conflicts of environmental nature that we analyzed in our research through theoretical discussion and overview of empirical situations, which results we'll show in this article. We take the difference of logics of time, space or territory, development and economy existents in the discourse of towns members, spokespersons of companies and governments. For the executions of this work we realized interviews, literature review and collection of pamphlets and posters that contained the studied topic.

**KEYWORDS:** Extractive Reserve. Development.

**RESUMEN:** A partir de las amenazas de desplazamiento obligatorio recurrentes debido a la atracción de grandes proyectos patrocinados por los gobiernos federal, estatal y municipal, miembros de once pueblos de la Zona Rural II de São Luís, Maranhão, buscan la creación de una Reserva Extractiva – RESEX Taua-Mirim – para la defensa de sus derechos territoriales. En relación con esta búsqueda, hay varios conflictos de naturaleza medioambiental que analizamos en nuestra investigación a través de la discusión teórica y la visión general de las situaciones empíricas, cuyos resultados se muestran en este artículo. Nos tomamos la diferencia de lógicas de tiempo, espacio o territorio, el desarrollo y la economía de los discursos de miembros de lo pueblo, representantes de las empresas y los gobiernos en cuenta. Para la aplicación de la investigación llevada a cabo realizamos entrevistas, revisión de la literatura y colección de folletos y carteles que contenían el tema estudiado.

**PALABRAS CLAVE:** Conflicto. Reserva Extractiva. Desarrollo.

\* Trabalho premiado durante o XXV Encontro do SEMIC, realizado na UFMA, entre os dias 18 a 22 de novembro de 2013. Artigo recebido em fevereiro de 2014  
Aprovado abril de 2014

## 1 | Introdução

Antes da tentativa de implementação de um polo siderúrgico em São Luís – MA<sup>1</sup>, membros dos povoados Taim, Rio dos Cachorros, Cajueiro, Porto Grande, Vila Maranhão, Limoeiro, Parnaíba, Portinho, Embaubal, Jacamim, Amapá e Tauá-Mirim, situados na Zona Rural II de São Luís (figura 1), buscavam salvaguardar seus territórios por meio da criação de uma reserva extrativista. Bem antes, onze povoados – mas não só eles – formavam-se no local que futuramente seria conhecido como zona rural, mesclando distintas heranças étnicas, sendo filhos de ex-escravos africanos, indígenas que tempos depois tornaram-se camponeses, agricultores, pescadores e extrativistas. No decorrer desse período longo de gestação cultural – no mínimo duzentos anos<sup>2</sup> – em outras consciências foi-se imprimindo a ideia de que terras como estas eram vazias demográficas<sup>3</sup> e num contexto de necessário desenvolvimento nacional deveriam tornar-se produtivas.

Buscamos demonstrar por meio desta breve retrospectiva que não segue os moldes cronológicos vigentes, sendo mais comparável às idas e voltas da memória expressa na oralidade (ASSUNÇÃO, 2008), que um território nunca é completamente vazio e que a área pretendida tanto para a consolidação da RESEX de Tauá-Mirim, quanto para a implementação de grandes empreendimentos já se fazia viva em suas múltiplas territorialidades antes que o olhar do progresso focasse nela os seus objetivos.

O presente artigo tem por base um relatório final de pesquisa de iniciativa científica, que contou com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão (FAPEMA) e auxílio para a pesquisa da própria FAPEMA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e foi apresentado em 2013. A pesquisa versou sobre os conflitos ambientais decorrentes da disputa pelo território dos onze povoados citados, tanto por representantes de empresas e governos para a instauração de grandes projetos desenvolvimentistas, quanto por membros dos povoados que buscam a efetivação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim. Apresentaremos a seguir os resultados da referida pesquisa, dividindo-os em três temas: o espaço dos conflitos estudado, as lógicas e ferramentas utilizadas pelos grupos sociais em disputa e a indicação e análise dos conflitos em torno dessa disputa territorial.

<sup>1</sup> Segundo Alberto Cantanhede, conhecido como Beto do Taim, uma das principais lideranças da Zona Rural II de São Luís, os debates relativos à implementação do polo siderúrgico ganharam repercussão entre os povoados em 2005 (MIRANDA; MAIA; GASPAR, 2009, p. 177). Essa posição também é expressa por Maria Máxima Pires, conhecida como Dona Máxima, líder do povoado Rio dos Cachorros (informação proveniente de entrevista feita em 06 de julho de 2013).

<sup>2</sup> Em entrevista realizada em 06 de julho de 2013 pela pesquisadora, Dona Máxima de Rio dos Cachorros afirmou que a partir da contagem de idade dos moradores mais antigos da comunidade, pode-se estabelecer uma ocupação territorial de no mínimo duzentos anos (alguns idosos têm 90 anos e seus pais viveram também até essa faixa etária). Além disso, através de algumas idas aos encontros do curso de educação ambiental promovido pelo Núcleo de Educação Ambiental do Grupo de Estudos: De-senvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (NEA/GEDMMA) pudemos observar a fala corrente entre jovens de Taim e Rio dos Cachorros relativas à existência de cultura material como bolas de ferros e um tanque de escravos, o que pode significar antiga ocupação territorial feita por sujeitos escravizados, remetendo, talvez ao século XVII, quando chegam à Capitania do Maranhão e Grão-Pará as primeiras levas de cativos.

<sup>3</sup> Referências como essa surgem visivelmente a partir do Governo Vargas, com a famosa Marcha para o Oeste, aprofundando-se nos governos militares (SANT'ANA JÚNIOR, 2004).

**Figura 1:** composição a partir de imagens de satélite, ilustrando a localização da RESEX de Tauá-Mirim, evidenciando o limite inicialmente proposto, o novo limite proposto pelo ICMBio e locais de interesse



**Fonte:** Ministério Público Federal (2011)

## 2 | Desenvolvimento

### 2.1 | O espaço dos conflitos

Entender o imbróglio entre povoados tradicionais, empresas e governos é possível a partir da compreensão de que na história do Brasil a luta pela terra é de longa duração. Surgindo a partir da chegada de colonizadores, historicamente vemos o conflito pela terra agravar-se. O Maranhão contemporâneo, por exemplo, encontra-se repleto de grupos sociais que lutam pela não expulsão de suas terras, como indígenas, quilombolas e extrativistas. Portanto, é a partir da compreensão da longa duração dessas expropriações que podemos entender a problemática entre povoados tradicionais, empresas e governos em São Luís.

A Zona Rural II de São Luís está situada “na porção sudoeste da Ilha do Maranhão, no município de São Luís” (DAMASCENO, 2009), e desde os anos 1970, com a chegada de empresas como Vale e ALUMAR, há a latência do conflito pelo território. Apoiado nas ideias de progresso e desenvolvimento, o governo do Estado, pautado nos ditames do governo federal, durante longo tempo cria e põe em prática políticas desenvolvimentistas no Maranhão, e para São Luís, a capital, foram atraídos grandes projetos. Observamos que essas políticas buscam promover a efetivação do Novo Maranhão que, se está presente no discurso dos governantes, é uma realidade que nunca chega.

Esse espaço dos conflitos é o espaço da luta pela terra e sua apropriação. E como essa apropriação desejada é a feita pelo grande capital, logicamente, as outras apropriações devem ser suplantadas<sup>4</sup> para o eternamente evocado bem geral da nação. Dessa maneira, para não se verem expulsos das terras de seus antepassados, moradores da Zona Rural II de São Luís buscam os aparatos legais para assegurarem sua permanência na terra. Antes mesmo da possibilidade de implantação de um Polo Siderúrgico em São Luís. Segundo D. Máxima, liderança do povoado Rio dos Cachorros, a ideia de criar uma Reserva Extrativista<sup>5</sup> já estava em pauta, pois a ameaça de expulsão era visível (entrevista realizada em 06 de julho de 2013).

Durante esses últimos anos, a tramitação da RESEX de Tauá-Mirim se faz a lentos passos, pois como tentamos demonstrar até aqui, o território é objeto de cobiça de governos e empresas. Por último, o governo do Estado pronunciou-se a respeito, enviando uma carta ao Ministério do Meio Ambiente que demonstra a sua posição a respeito do decreto da reserva. A atual governadora do Maranhão, Roseana Sarney, deixa claro que para ela a conservação ambiental e social não deve embargar o desenvolvimento do Estado, embargando, por outro lado, a continuidade de modos de vida duradouros e eficazes (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2011).

Este é o território estudado nesta pesquisa durante os últimos dois anos e arduamente revisado para atualização de seus problemas que se mostram antigos e concretos. Nesse território, como anteriormente colocamos, estão em jogo lógicas distintas, as quais passaremos a apresentar

### 2.1 | O espaço dos conflitos

Segundo Acselrad (2004, p. 26),

*Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.*

<sup>4</sup>Análise inspirada no Capítulo XXIV de O Capital, de Karl Marx e Friedrich Engels, disponível em <http://pendientedemigracions.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/capital1/24.htm> Acesso em 01.09.2013.

<sup>5</sup>Modalidade de Unidade de Conservação prevista pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Na busca pela implementação da RESEX de Tauá-Mirim enfrentam-se lógicas distintas de apropriação dos recursos ambientais, noção de território, contagem de tempo, entre outras, que são fatores imprescindíveis para se compreender os embates resultantes desse encontro de grupos variados (MENDONÇA, 2006).

Em primeiro lugar, diretamente associado ao que apresentei no tópico anterior, é necessário destacar a diferença da noção de território que os grupos envolvidos têm, pois o conceito de território pode abranger múltiplos significados, desde área delimitada por limites geográficos até limites simbólicos, como áreas de culto, por exemplo (CARVALHO, 2009). Os grupos afetados pela chegada de empreendimentos que inviabilizam seu modo de vida, segundo Almeida (2004, p. 106), possuem “elementos de autodefinição e de consciência de suas próprias necessidades. A partir deles pode-se afirmar que fatores étnicos e identitários mostram-se capazes de delinear suas diferenças em relação a outros grupos”, como as grandes empresas.

No decorrer da pesquisa percebemos que há inúmeros espaços territoriais nos locais estudados (CARVALHO, 2009). Terras de santo, locais de culto, locais de trabalho, moradias, espaços de nascimento, terras utilizadas por igrejas, entre outros, são espaços territoriais físicos e simbólicos que possuem representatividade e importância variada. Os patrimônios naturais (terra, água, mangue), assim como os culturais (árvores sagradas, locais onde alguém nasceu, praias encantadas) possuem grande importância para povoados tradicionais que há muito tempo so-brevivem valorizando práticas semelhantes passadas de pai para filho.

Em algumas idas a campo, pudemos tomar conhecimento de locais onde pessoas admitem haver alguma manifestação mágica, como poços e igarapés, além da atribuição a alguns membros dos povoados de poderes sobrenaturais<sup>6</sup>. Dona Máxima, falando sobre a ligação que as pessoas de seu povoado, Rio dos Cachorros, têm com os elementos naturais, afirma haver uma nascente, a Nascente da Vovó, para a qual muitas pessoas que chegam ao povoado são levadas a fim de serem apresentadas. Se a água ficar turva quando esses indivíduos passarem, é sinal de que a nascente não os aceitou, e quando acontece o contrário é sinal de que sua presença é admitida no local (entrevista realizada em 06 de julho de 2013).

Outros elementos, como árvores mágicas, locais de parto, igrejas e casas de culto também são valorizados por essas pessoas, por serem de importância física e simbólicas para elas. Denota-se, desses exemplos, a riqueza cultural existente dentro desses povoados.

Observando as variadas definições de território dadas pelos sujeitos ao espaço no qual vivem, podemos compreender o impacto da homogeneização territorial que surge com a chegada de um empreendimento. O território passa a ser apenas o local para usufruto do capital, que deve ser apropriado, logicamente, vislumbrando o lucro e manutenção do sistema. Tal confronto fica visível quando há a tentativa de pescadores continuarem pescando no espaço aquático tradicionalmente utilizado e que agora é propriedade privada de alguma empresa e muitas vezes chegam a ser presos e conduzidos à delegacia de polícia. Sobre essas situações, temos exemplos variados na falas de pescadores como Beto do Taim e Clóvis, de Cajueiro (informação proveniente de Caderno de Campo em 10 de dezembro de 2011).

Para entender as proposições elencadas anteriormente, ressaltaremos o que disse Nicos Poulantzas (apud CASTELLS, 1991),

*Uma característica específica do Estado capitalista é que ele absorve o tempo e o espaço sociais, estabelece as matrizes de tempo e espaço e monopoliza a organização do tempo e do espaço que se transformam, por meio da ação do Estado, em redes de dominação e poder.*

<sup>6</sup> Relatos como o de um homem-lobo colore a imaginação de jovens e adultos nesses povoados (Informação proveniente de caderno de campo em 10 de dezembro de 2011).

Perpassando o campo do simbólico, as definições que as empresas e as populações tradicionais dão à natureza não são as mesmas. Se vista, de um lado, como parte de sua vivência e como um ser vivo a quem se deve respeitar como um igual, por outro, é vista como ser inanimado e que existe apenas como usufruto dos seres humanos, respondendo a suas necessidades. Tais lógicas não são semelhantes e por referirem-se a um mesmo elemento geram embates entre os grupos que as possuem.

Não é apenas relacionado a elementos com os quais as populações tradicionais estão diretamente vinculadas no dia-a-dia que ocorrem os embates entre lógicas distintas. Imaginar que essas pessoas não compreendem os conceitos e objetivos inseridos no âmbito e feitura das grandes empresas interessadas no seu local de vivência seria esquecer que esses agentes possuem estratégias de sobrevivência e que uma delas consiste em compreender o que a implementação de uma empresa fará no local, além de buscar aliados para a defesa de seus interesses<sup>7</sup>. Em vários momentos dessa pesquisa, percebeu-se uma constante atualização de informações e conhecimentos de membros dos povoados em relação aos empreendimentos que chegavam à área.

Em conversa realizada com as estudantes Leila Letícia de Jesus dos Santos, do povoado do Taim, e Rafaela Mesquita dos Santos, do povoado de Jacamim (informação obtida a partir de reunião em 04 de agosto de 2012, no Taim, cujo registro encontra-se no Caderno de Campo), pôde-se perceber esta referida atualização. Questionadas sobre o nome das primeiras empresas que viram chegar, elas destacaram uma série de nomes muitas vezes desconhecidos pelos demais membros da sociedade civil. E sobre a compreensão do tamanho da luta que enfrentam para que a Reserva Extrativista saia do papel, Rafaela afirmou:

*Quando as empresas chegaram, muitas pessoas que eram agricultores e lavradores, pelo próprio consumismo, foram impulsionados a trabalharem nesses empreendimentos, porque o capitalismo é uma bola, né? Ou você adere, ou ele te engole, e a gente acabou, muitos de nós acabaram se levando (entrevista realizada em 04 de agosto de 2012. Grifo nosso).*

Assim como os grupos afetados buscam se atualizar em relação ao discurso das empresas, seus representantes também buscam entender melhor as causas de luta das populações afetadas, o que não significa que as aceitem como legítimas (ALVES, 2010; ALMEIDA et al., 2010). A presença maciça de sujeitos vinculados a empresas como também aos governos é visível durante reuniões que discutam questões ambientais, por exemplo, e também em seminários. A atualização do discurso também é observável, de acordo com Esteva (2000) e Coutinho (2011), já que a temática ambiental atualmente está em voga.

Dessa maneira, observamos o surgimento de produtos que levam em seus rótulos o selo verde e de empresas que têm em seus slogans a frase “em prol do meio-ambiente” e com inúmeros comprovantes que “atestam” sua responsabilidade ambiental. Visitando o site de empresas que atuam nas proximidades da Zona Rural II de São Luís, como Vale, ALUMAR e MPX, pudemos notar essas formulações, tendo como exemplo fundamental o Relatório de Sustentabilidade anualmente emitido pela Vale (2012), respondendo às novas demandas conquistadas pelas lutas de grupos que no passado eram considerados fatalistas por falarem da iminente catástrofe pro-vocada pela poluição, desmatamento e suplantação de grupos que historicamente preservam o espaço natural (SHIVA, 2000; SACHS, 2000).

<sup>7</sup> Relacionado à possível implantação de um polo siderúrgico anteriormente, Mendonça (2006, p. 76) afirma que “além da ação dos moradores, a partir do ano de 2004 diversos setores da sociedade ludovicense constituídos por professores, estudantes universitários, intelectuais, profissionais liberais, técnicos e políticos locais, em conjunto com lideranças dos bairros que possivelmente seriam deslocados, iniciaram a organização de uma forte resistência à implementação do empreendimento [...]”. Para nós, esta é uma das formas engendradas pelos membros das comunidades para conhecerem o grupo oposto.

Os produtos dessas indústrias, a partir disso, chegam aos consumidores como frutos de um desenvolvimento sustentável politicamente correto, que, no entanto, esconde toda a trajetória de conflitos que envolve a sua fabricação. A criação de parques botânicos próximos às instalações das empresas surge midiaticamente como benefício desinteressado, contudo, basta verificar mais a fundo para entender que se trata de uma medida compensatória por conta dos inúmeros danos causados ao ambiente por algumas empresas.

Porém, tais parques não atendem aos povoados próximos. Segundo Beto do Taim, se um membro dos povoados afetados deseja visitar o local, necessita agendar a visita com meses de antecedência, sendo que muitas vezes nem consegue agendá-la (MIRANDA; MAIA; GASPARG, 2009). O parque botânico da Vale, construído sobre território destituído de populações tradicionais com a chegada da mineradora, recebe alunos de várias escolas de São Luís e municípios vizinhos, e um dos principais discursos dos guias (funcionários da empresa) é o de que a Vale se preocupa com a preservação do meio ambiente. Ministrando palestras para os alunos, presente-andolhes com kits de “como reciclar o lixo” e mostrando-lhes uma mínima parte de natureza que sobrou de sua implantação, passam ao público a pseudo identidade de empresa ecologicamente correta (informações provenientes do Caderno de Campo, sem data exata da informação).

Mediante situações como esta, as pessoas dos povoados criam suas estratégias. Rosana Mesquita, atual líder da Associação dos Moradores do Taim (entrevista realizada em 04 de agosto de 2012), conta que, em um determinado dia<sup>9</sup>, membros dos povoados já citados foram convidados pela ALUMAR para conhecerem o seu parque botânico, visita que há muito tempo tinham solicitado. Compreendendo que poderia ser uma espécie de armadilha para mostrar uma imagem totalmente diferente da real para jovens dos povoados, os membros que fariam a visita resolveram levar pessoas de todas as faixas etárias, desde crianças até idosos, inclusive uma senhora que morou no local onde hoje se encontra o parque botânico, a Dona Maria Roxa.

Chegando ao local, ao invés dos guias conduzirem a excursão, quem o fez foi a referida senhora, contando histórias sobre o espaço e mesmo contradizendo os guias. Muitos jovens ficaram impressionados e também indignados por terem perdido importante território que continha suas raízes. No fim, Dona Maria Roxa ainda afirmou: “Sabe por que eu fiquei com raiva? A ALUMAR tirou a gente daqui”.

Embora ocorra a criação de estratégias dentro das empresas que objetivam passar para a sociedade em geral sua responsabilidade para com a vida e com o meio ambiente, basta conhecer a área pleiteada para a implementação da RESEX de Tauá-Mirim e poderemos compreender como, no âmbito dos empreendimentos, não são sustentadas as mesmas lógicas de preservação do meio ambiente que os povoados possuem e têm sido satisfatórias durante o longo tempo de habitação do local (SHIVA, 2000)<sup>10</sup>. A maioria dessas empresas, “mesmo fazendo uso de uma retórica de ‘gestão ambiental’ e de um ‘gerenciamento voltado para a sustentabilidade’, parece não estar levando em conta seu elevado poder de destruição dos recursos ambientais” (ALMEIDA et al., 2010, p. 104), já que a construção de parques botânicos seria uma pequena compensação pelos inúmeros danos causados por elas ao meio ambiente.

Em contraposição, temos povoados com histórico longo de habitação no local e que, mesmo causando impactos ao ambiente, possuem lógicas de apropriação que consistem em utilizar seus recursos sem degradá-los, pensando sempre que deverão dispor dele posteriormente. Baseando-se nessa lógica, por exemplo, a extração de madeira dos mangues da região foi proibida por algumas associações de moradores, haja vista que tal vegetação não poderia ser repostas

<sup>9</sup> Curiosamente, no dia em que o ICMBio faria uma visita técnica para reconhecimento da área na qual será implantada a RESEX, em meados de maio de 2012.

<sup>10</sup> Para melhor entendimento desse enunciado, ver Laudo Sócio-econômico e Biológico para criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim (IBAMA, 2007).

(SANT'ANA JÚNIOR et al., 2009, p. 219). Tais práticas muitas vezes são consideradas pelo grande capital como mínimas e inúteis, já que o mesmo “[...] só reconhece o cálculo das perdas e dos lucros, as cifras da produção, a medida dos preços, dos custos e dos ganhos” (LÖWY, 2005, p. 68-69).

Diante de situações tão complexas, as populações tradicionais se atualizam, buscando cada vez mais compreender aquilo que pretendem construir. Simpósios, congressos, reuniões e amos-tras em geral sobre questões relacionadas aos conflitos ambientais têm contado com participação maciça dos povoados. Também buscam compreender como atuam as empresas, como já foi citado anteriormente. Beto afirma que na época dos debates sobre a criação do Polo Siderúrgico, os povoados começaram a discutir os certificados dos produtos da ALUMAR, pois “a ALCOA tem [inúmeros] certificados internacionais, de reconhecimento do produto, inclusive o que reconhece a boa relação com o povoado, o cuidado com o meio ambiente, todos são prêmios que agregam valor ao produto deles, então nós começamos a questionar” (MIRANDA; MAIA; GASPARG, 2009, p. 180).

Contudo, os confrontos derivados dessa iniciativa não são poucos. É perceptível que os interesses do Estado e do município não são convergentes com os interesses das populações tradicionais locais, aparentando ser antagônicos muitas vezes, como ocorre no caso da RESEX de Tauá-Mirim. Observamos desde o início da pesquisa que, a partir de panfletos do governo estadual, como o ProMaranhão (2012), a ligação entre empresas e governos é visível a fim de beneficiar as primeiras em detrimento das populações tradicionais, como no momento da mudança do Plano Diretor do Município (MIRANDA; MAIA; GASPARG, 2009).

No acompanhamento realizado das notícias e de panfletos referentes à temática pudemos perceber algumas informações que foram questionadas depois. Em uma propaganda da gestão municipal do prefeito João Castelo<sup>11</sup>, apareceu a afirmativa de que o “asfalto já chegou à Zona Rural de São Luís”, porém, questionada sobre a veracidade dessa afirmativa, a liderança Rosana Mesquita afirmou que embora apareça a colocação do asfalto como uma ação exclusiva da Prefeitura, como um de seus deveres, ela demonstra que foi com muita pressão que eles puderam conseguir esse benefício, já que membros dos povoados tiveram “que ficar cinco dias [acampados] na estrada” e precisaram “parar as mineradoras e as empresas que estavam na estrada dos povoados” (entrevista realizada em 04 de agosto de 2012).

Atualmente, a discussão continua e expandiu-se a ponto de chegar à população em geral, por meio de jornais, telejornais, programas de rádio etc.<sup>12</sup>, ainda que de forma dissolvida. Surgem no contexto das manifestações que ocorreram no presente ano, cujas pautas eram as mais diversas. Na internet, a menção à RESEX de Tauá-Mirim é feita por sites sobre conflitos ambientais, como o da Rede Brasileira de Justiça Ambiental e blogs individuais, sem haver a divulgação das iniciativas dos povoados em redes televisivas de maior abrangência. Outra popularização do tema é feita através de trabalhos acadêmicos, o que nem sempre chega à maioria da população, e também através de filmes e documentários, que ainda são poucos.

É necessário ressaltar a presença dos jovens nesse longo processo de disputa. Verificou-se nessa pesquisa a grande ênfase que as lideranças dos povoados dão à atuação da juventude, assinalando sempre que os jovens devem interessar-se pela constituição da referida unidade de conservação. Segundo Beto do Taim, faltam escolas suficientes de nível médio nos povoados e de acordo com D. Máxima, muitos adultos e jovens foram alfabetizados por uma única professora, conhecida por “minha mestra” (SANTOS; BARBOSA, 2009). Com essa carência, os jovens seguem para as escolas de São Luís, enfrentando dificuldades como deslocamento e acesso<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> Mandato ocorrido entre janeiro de 2009 e dezembro de 2012. O atual prefeito de São Luís é Edivaldo Holanda Júnior.

<sup>12</sup> Para mais informações, ver jornais consultados na monografia de graduação de Bartolomeu Rodrigues Mendonça (2006).

<sup>13</sup> Os ônibus Rio dos Cachorros e Porto Grande, conquista dos povoados, passam de 1 em 1 hora em dias de semana e não têm parada em todos os povoados da região. Além disso, como ressalta D. Máxima, muitas das escolas em que os jovens conseguem vaga estão localizadas em bairros muito distantes da Zona Rural II, como Cidade Operária, Cohatrac, Anil etc. (SANTOS; BARBOSA, 2009, p. 213).



Tal problemática pode desenvolver respostas distintas à vivência que esses jovens possuem, já que muitos acabam querendo distanciar-se de seus povoados de origem por verem dificuldades estruturais que lhes impediriam o acesso a recursos profissionais e educacionais (MENDONÇA, 2006).

A demanda de empregados para as empresas situadas ao redor dos povoados também influencia na atuação desses jovens. Segundo D. Máxima (SANTOS; BARBOSA, 2009, p. 214-215), com a pouca escolarização, o jovem “termina o 2º grau e vai tentar trabalhar em loja, vai tentar vaga nessas empresas e muitas vezes não são chamados porque não tem qualificação adequada para isso também”. Pode-se ressaltar ainda que a qualificação profissional constitui-se em uma das muitas estratégias criadas por esses indivíduos para garantirem sua sobrevivência no local face às novas demandas do mercado de trabalho. São variadas as estratégias, já que,

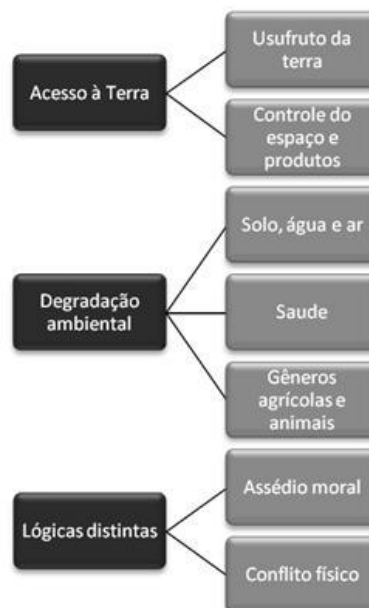
*[...] a construção desses sujeitos é coletiva e se vincula ao advento de vários movimentos sociais que passaram a expressar as formas peculiares de uso e de manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, ou seja, pelas denominadas ‘populações tradicionais’ (ALMEIDA et al., 2010, p. 44).*

Sem considerar a realidade social e cultural desses povoados, as empresas acabam impondo outras lógicas de uso do meio ambiente que prejudicam as suas relações já firmadas há muito tempo.

### 2.3 | Análise e classificação dos conflitos

A partir da coleta dos dados que foram apresentados anteriormente, construímos uma classificação baseada em grupos associados a temas. Pensamos em três grupos de conflitos gerais: acesso à terra, degradação ambiental e lógicas distintas. Dentro desses grupos, elencamos subgrupos: para acesso à terra, *usufruto e controle do espaço e produtos*; para degradação ambiental, *solo, água, ar, gêneros agrícolas e animais e saúde*; para lógicas distintas, *assédio moral e conflito físico*. Desse modo, o fluxograma 1 demonstra as classificações.

**Fluxograma 1** - Grupos e Subgrupos de Conflitos



**Fonte:** Elaborada pelos autores

Os conflitos elencados através da fala dos entrevistados e observação direta foram, a grosso modo, os seguintes:

- a) empresa restringindo o acesso dos pescadores ao rio por conta de sua privatização (do rio) a partir da compra de território feita pela empresa;
- b) empresas adentrando o território dos povoados aos poucos, sem autorização;
- c) despejo de sangue de animais no rio por matadouro clandestino;
- d) espécies vegetais modificadas por conta da poluição e descarte de resíduos químicos nas águas;
- e) baixa produtividade de peixes e crustáceos por conta da chegada de empreendimentos no território próximo aos povoados;
- f) derivado da baixa produtividade de peixes e crustáceos, ida de indivíduos para outras ocupações profissionais dentro das empresas e na zona urbana, mas com baixa remuneração devido a pouca qualificação profissional;
- g) agressão moral a moradores dos povoados através da fala de representantes dos governos e das empresas;
- h) derivada da agressão moral, desqualificação dos discursos dos moradores dos povoados;
- i) como desdobramento também da agressão moral, impedimento de acesso dos moradores dos povoados aos espaços das empresas, como parques botânicos e cursos d'água antes públicos.

Como se pode perceber, alguns conflitos são derivados de outros, mas não deixam de formar um conflito único por somarem-se neles características específicas como nos itens *f*, *h* e *i*. Obti-vemos as informações para compor esses itens através de entrevistas direcionadas realizadas com os moradores de alguns povoados, em datas específicas:

- a) Leila Letícia de Jesus dos Santos, do povoado Taim, em 04.08.12;
- b) Rafaela Mesquita dos Santos, do povoado Jacamim, em 04.08.12;
- c) Rosana Mesquita, do povoado Taim, em 04.08.12;
- d) Maria Máxima Pires, do povoado Rio dos Cachorros, em 06.07.13.

As informações dadas por Alberto Cantanhede, do Taim, foram coletadas durante conversas aleatórias sem que houvesse gravação em arquivo de áudio.

Apresentados os dados, partimos para a classificação segundo o esquema proposto anteriormente:

- 1) acesso à Terra: itens *a* e *b*;
  - a) usufruto da terra: item *a* e *c*;
  - b) controle do espaço e produtos: *a*, *b*, *c* e *i*;
- 2) degradação ambiental: itens *c*, *d* e *e*;
  - a) solo, água e ar: itens *c*, *d* e *e*;
  - b) saúde: itens *c* e *d*;
  - c) gêneros agrícolas e animais: itens *d* e *e*;
- 3) lógicas distintas: itens *a*, *b*, *c*, *f*, *g*, *h* e *i*;
  - a) assédio moral: itens *a*, *b*, *g*, *h* e *i*;
  - b) conflito físico: itens *b* e *i*.

A seguir, explicaremos os itens acima e, posteriormente, a classificação dos conflitos: pensamos o item *Acesso à Terra* como um grupo de conflito geral por conta da abrangência contida nos termos *acesso e terra*. Acesso significa aqui as direções e os meios tomados para chegar a algo e terra o conjunto de elementos naturais pertencentes a um espaço geográfico que, no caso da área estudada engloba tanto terras, como águas, daí os subgrupos *usufruto da terra, e controle do espaço e produtos*.

Utilizamos *usufruto* levando em consideração o seguinte significado associado ao termo: ato de aproveitar algo (FERREIRA, 2001). Como *usufruto da terra* entendemos o acesso a terra e espaços aquáticos a fim de aproveitamento por parte de um grupo para fins próprios, como o descarte de resíduos.

*Controle do espaço e produtos* estaria mais associado ao impedimento de um grupo utilizar determinado espaço ou produto relacionado ao espaço pelo outro grupo, visto como o que detêm o controle do mesmo. Aqui não seria apenas utilizar o espaço, mas controlá-lo e impedir o acesso a ele através de avisos ou mesmo força humana, como seguranças.

Entendemos *degradação ambiental* como as atividades que possibilitam alterações nos ciclos naturais de animais e plantas e também na qualidade da terra, das águas, do ar, além da precarização da saúde das pessoas, já que se degradados os elementos naturais com os quais os indivíduos estão em contato permanente e deles retiram sua sobrevivência, também haverá aumento de doenças. Formulamos o item *gêneros agrícolas e animais* porque a alteração direta na constituição de frutos e animais é bastante perceptível e não cabe apenas em uma categoria geral.

O grupo geral *lógicas distintas* foi pensado porque, apesar de estar imbricado em quase todos os outros conflitos, existem aspectos específicos nele próprio que estão mais situados na ideologia. Ou seja, os aspectos ideológicos estão, no presente estudo, associados incisivamente também nas falas dos indivíduos estudados e não devem deixar de aparecer como um grupo especial de conflitos. Entendemos *assédio moral* como as atitudes que causam constrangimento em outrem, podendo ser observáveis na fala das pessoas. *Conflito físico* já seria quando um grupo tenta diretamente ameaçar outro por meio do destacamento de força humana, como seguranças, para impedir a mobilização do outro, ou mesmo durante a expulsão de um grupo de pessoas de determinados locais, como reuniões e audiências públicas.

Os conflitos ligados à *acesso à terra* foram: empresa restringindo o acesso dos pescadores ao rio por conta da privatização dele a partir da compra de território feita pela empresa; empresas adentrando o território dos povoados aos poucos, sem autorização das mesmas e despejo de sangue de animais no rio por matadouro clandestino. Relacionado à *usufruto da terra* ficaram apenas o primeiro e o terceiro conflito, à *controle do acesso territorial* ficou o primeiro conflito e a *controle dos produtos* elencamos *a, b, c e i*.

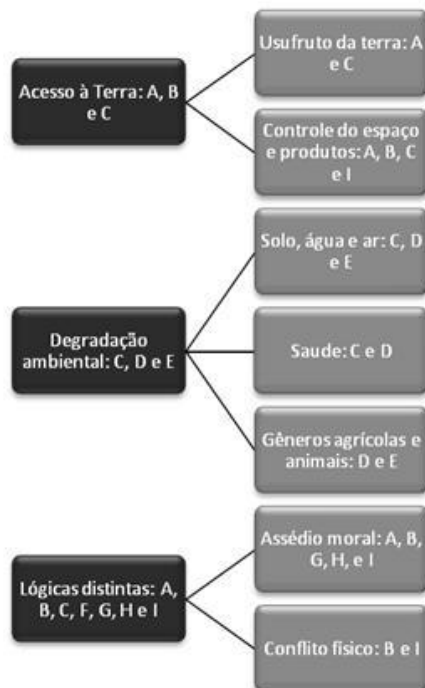
Como conflitos relacionados à *degradação ambiental* selecionamos despejo de sangue de animais no rio por matadouro clandestino; espécies vegetais modificadas por conta da poluição e descarte de resíduos químicos nas águas e baixa produtividade de peixes e crustáceos por conta da chegada de empreendimentos no território próximo aos povoados. Especificamente inseridos no grupo *solo, água e ar* estão todos os três conflitos, no grupo *saúde*, os dois primeiros e no grupo *gêneros agrícolas e animais* os dois últimos.

No terceiro grupo, apenas os conflitos *d e e* ficaram de fora. Expliquemos: o conflito *d*, espécies vegetais modificadas por conta da poluição e descarte de resíduos químicos nas águas e o conflito *e*, baixa produtividade de peixes e crustáceos por conta da chegada de empreendimentos no território próximo aos povoados, estão mais relacionados à poluição e à interferência nos ciclos naturais de animais e plantas. Mesmo que as formas de descarte de resíduos químicos estejam relacionadas a uma lógica de um determinado grupo, para nós se relaciona mais com a degradação ambiental de forma direta, assim como o conflito *e*, à interferência nos ciclos natu-

rais, que não está diretamente relacionada a uma lógica de um grupo.

Finalmente, o esquema geral da classificação dos conflitos pode ser visto no fluxograma 2.

**Fluxograma 2** - Classificação Final dos Conflitos



**Fonte:** Elaborada pelos autores

### 3 | Considerações finais

Durante nossa pesquisa, observamos o território que compreende a área pretendida para a implementação da RESEX de Tauá-Mirim e também para a construção de grandes empreendimentos. Além de pesquisas centradas na documentação oficial e pesquisas acadêmicas, buscamos o auxílio de alguns sujeitos envolvidos no conflito, especialmente pessoas ligadas aos povoados. Tal escolha deveu-se a não pretendermos realizar uma pesquisa neutra, levando em consideração que boa parte das ciências humanas, na atualidade, considera que não é possível realizar estudos axiologicamente neutros, já que o simples fato de se escolher estudar algo está carregado de subjetividades do pesquisador.

A escolha por estudar esse conflito foi feita por considerarmos a questão da terra no Maranhão algo não resolvido, apenas levemente remediado por políticas públicas mínimas, como casas populares e também núcleos para indivíduos realocados.

A partir da classificação dos conflitos elencados no decorrer desta pesquisa percebemos que antigos problemas como o acesso aos bens naturais<sup>14</sup> ainda persistem. Observamos também que critérios como ancestralidade e longo tempo de habitação de um território por determinados sujeitos não é respeitado pelo grande capital que tem como seu porta-voz o Estado, embora existam políticas atuais como o próprio SNUC. No fim das contas, tem prevalecido o interesse do capital ao invés da sobrevivência das pessoas.

<sup>14</sup> Utilizamos este termo, pois o mesmo está cravado na consciência social, apesar dos estudos e debates recentes a respeito da mercantilização da natureza.

No Maranhão, esta questão é ainda mais grave. Capitania onde as relações escravistas foram as mais duras no seio das duas colônias portuguesas (Brasil e Maranhão e Grão-Pará); Estado onde as relações patrimonialistas e personalistas persistem há longo tempo e permeiam a burocracia estatal que deveria facilitar as relações, na concepção weberiana de burocracia. A relação entre esses dois enunciados é simples: os grupos menos favorecidos não são respeitados em suas experiências singulares, já que os interesses do grande capital são os que realmente interessam para nossos governantes.

Por fim, apesar de no Maranhão ainda não haver uma clara associação entre desenvolvimento do Estado e preservação de modos de vida tradicionais, como fica visível na fala de nossos governantes, percebemos que talvez *novos tempos* cheguem com a força crescente dos grupos historicamente excluídos que a cada dia organizam-se e mobilizam-se veementemente. Não tempos que relembrem a pretensa grandeza do passado maranhense, mas tempos que tenham em si o novo da multiplicidade que é o maranhense.

## Referências

- ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís – MA: a contraface da modernização contemporânea. In: BURITY, Joanildo A.; RODRIGUES, Cibele Maria L.; SECUNDINO, Marcondes de A. (Org.). Desigualdades de justiça social: dinâmica estado-sociedade. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010. vol. 1.
- ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. A guerra dos bem-tes: a balaiada na memória oral. 2.ed. São Luís: EDUFMA, 2008.
- CARVALHO, Fernanda Cunha de. Ordenamento territorial e impactos socioambientais do Distrito Industrial de São Luís – MA. In: SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. et al. Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.
- CASTELLS, Manuel. Um Estado destituído de poder?. In: O poder da identidade. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991, vol. 2.
- COUTINHO, Joana Aparecida. ONGs e políticas neoliberais no Brasil. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa. 5.ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Cap. XXIV: la llamada acumulacion originaria. Disponível em: <<http://pendientedemigracions.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/capital1/24.htm>>. Acesso em: 1 set. 2013.
- IBAMA. Laudo sócio-econômico e biológico para criação da reserva extrativista do Taim. São Luís, 2007. Mimeografado.
- LÖWY, Michael. Ecologia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2005.
- MENDONÇA, Bartolomeu Rodrigues. Cajueiro: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006. Mimeografado.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Ofício 061/2011 GG. São Luís, 2011.
- MIRANDA, Ana Caroline Pires.; MAIA, Maiãna da Silva.; GASPARG, Rafael Bezerra. Entrevista com Alberto Catanhede, o Beto do Taim. In: SANT’ANA JÚNIOR, Horácio. et al. Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: Edufma, 2009.
- SACHS, Wolfgang. Meio ambiente. In: SACHS, Wolfgang (Ed.) Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SANT’ANA JÚNIOR, Horácio. et al. Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: Edufma, 2009.
- SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. Florestania: a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco, AC: EDUFAC, 2004.
- SANTOS, Ana Maria Pereira dos.; BARBOZA, Elizângela Maria. Entrevista com Maria Máxima Pires. In: SANT’ANA JÚNIOR, Horácio. et al. Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: Edufma, 2009.
- SHIVA, Vandana. Recursos naturais. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DAMASCENO, Elena Steinhorst. Valoração ambiental do ecossistema manguezal na área da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, em fase de criação – São Luís – MA. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009. Mimeografado.
- VALE. Relatório de Sustentabilidade. 2012. Mimeo.